

Curso de especialização em história militar – 2004/2005 aula de encerramento

*Hélio Leônicio da Silva**

Pela segunda vez tenho a honra de ser convidado a proferir a palestra de encerramento deste Curso Especialização em História Militar. Uma honra e uma satisfação, pois, tendo-o acompanhado desde que foi criado, por iniciativa do Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho e do Professor Arno Wheling, e sentindo seu valor, é prazeroso vê-lo em funcionamento com o sucesso esperado e prometendo melhorar ainda em sua continuação.

Trata-se de uma contribuição para a cultura brasileira que tem algo de inusitado, porque se vincula ao que é um fenômeno social, embora se o chame de negativo, a guerra, que, a despeito de sua importância, não é levado em conta no Brasil como o devia ser, pois o país se considera, na opinião pública, nas considerações governamentais, até na letra da Constituição, pacífico, confundindo-se isto com uma obrigação de não pensarmos na guerra, de não a discutirmos e estudarmos como algo que poderá sobrevir e deverá receber a devida prioridade nas previsões e nos orçamentos governamentais.

Explica-se, até certo ponto, essa concepção. Excetuando-se alguns entreveros fronteiriços no Sul, nunca o Brasil, em seu território, em seu dia-a-dia, sofreu as agruras, a devastação, as invasões, os sacrifícios, as restrições, as perdas provocadas por uma guerra. O último conflito continental no qual tomamos parte deu-se há mais de um século, travando-se, em sua maior

parte, a alguns mil quilômetros das terras brasileiras. Nas duas guerras mundiais do século XX, nossa participação na primeira foi quase simbólica, embora se lamente a perda de duas centenas de marinheiros atingidos pela peste em um porto da África. Na segunda, se bem que tivéssemos passado pelo perigo de vermos nossas linhas de navegação interceptadas pelos submarinos inimigos, com conseqüências terríveis na vida nacional, foi ele evitado pela ação da Marinha e da Força Aérea com auxílio aliado. A participação na luta da Europa, heróica e eficiente como foi, teve o aspecto de cumprimento de compromissos políticos. E em toda a ação, em terra, no mar e no ar, foram envolvidos apenas elementos profissionais ou profissionalizados por modesta convocação de reservas, sem afetar especialmente a vida da população civil.

Naturalmente não podemos nos lamuriar por gozar dessa felicidade. Os temores pela eclosão de uma guerra não se podem assemelhar aos que existem na Europa, onde cada geração tem enfrentado o pesadelo de conflitos bélicos parciais ou totais. Chega-se, entretanto, ao extremo oposto em relação à segurança nacional. A manutenção de Forças Armadas que se preparem para fazer face a quaisquer incidentes internacionais ocupa prioridade baixíssima entre as preocupações governamentais. Paradoxalmente, em vez de as Forças Armadas receberem pressão para se manterem bem equipadas, eficientes, aptas a exercerem, quando necessário, o papel que delas se espera, são elas que têm que se esforçar para romper as resis-

* Vice-Almirante.

tências dos mandatários e legisladores. Porque consideramo-nos um país pacífico.

São acusadas as Forças Armadas de não produtivas. E, por isso, pesando nos orçamentos sem retorno. Não se reconhece, entretanto, a existência das atividades colaterais que, graças à sua organização mais rígida e contínua, à disciplina, à independência de certos privilégios trabalhistas, que, necessários nas organizações civis, são às vezes coercitivos, cooperam em atividades de caráter social, científico, econômico, cujo somatório dos custos, se fossem elas executadas como instituições independentes, seria maior do que os orçamentos das Forças Armadas que as executam, além do que estas gastam no obrigatório preparo bélico. O que aliás não deixa também de ser investimento com dividendos indiretos, semelhantes a um seguro, com prêmio tanto maior quanto maior seja o valor do objeto segurado, no caso, a nação.

Existe mesmo uma certa hostilidade, e injusta, contra aqueles que se dedicam a manter o espírito e os conhecimentos vinculados diretamente às necessidades militares, incluindo revanchismo a atitudes políticas que no passado tenham tomado, as mais das vezes para corrigir falhas na condução política, embora nunca houvesse em nossa História uma ditadura militar permanente, institucionalizada, tendo a direção militar sempre cedido lugar, sem ações violentas, às instituições civis democráticas. Mas o interessante é que, nas pesquisas de opinião pública, as Forças Armadas são a instituição que maior confiança merece.

Temos, não há dúvidas, de rejubilarmo-nos por sermos um país que preza a paz, que é amante da comunidade sem atritos entre as nações, um feliz oásis de tranquilidade, acreditando que organizações bem-intencionadas como a ONU consigam fazer com que no mundo se repita o ambiente pacifista no qual vivemos.

Infelizmente não é este quadro paradisíaco o que aparece, tanto no correr da História como no mundo atual. Se a hipótese da deflagração de

uma guerra nuclear está, no momento, afastada devido ao elemento dissuasor que a indefensibilidade ante o armamento atômico representa, porque na irracionalidade da guerra sempre se sobrepõe o sentimento racional de não se desejar um holocausto mútuo, e muito menos total, os conflitos ainda chamados ortodoxos multiplicam-se. A despeito dos esforços da ONU, onde duas centenas de membros aparentemente clamam por soluções pacíficas para as controvérsias internacionais, mais de 60 conflitos sangrentos se verificaram, depois de se esperar a paz universal com o término da guerra em 1945.

A bipolaridade, que poderia fazer a Guerra Fria se transformar em guerra quente, foi substituída por uma tripolaridade, do Ocidente, da China e do Mundo Árabe, de fato sem a paridade de forças que existia, mas talvez caminhando para isto, e com o uso de modalidade de agressão, que é antiga como ação eventual, mas agora toma aspectos de obedecer a estratégia preconcebida e organizada, que é o terrorismo. Uma ideologia totalitária e agressiva que parecia ter desaparecido com a dissolução de sua matriz, a União Soviética, reaparece sob novos disfarces, sempre ameaçadora. E, finalmente, no mundo globalizado de hoje trava-se furiosa guerra econômica, financeira e comercial, que pode derivar em discordâncias bélicas, e na qual o Brasil, com seu adiantamento, cada vez mais se inscreve como competidor.

Diante deste quadro, é difícil admitir que, sendo simplesmente pacíficos, sem o respaldo de força, sejamos capazes de nos manter indefesos permanentemente, respeitados nossos interesses e nossa política. Não é uma impossibilidade acabarmos por ser chamados a complementá-los com "outros meios", como há dois séculos escrevia Clausewitz.

O maior advogado-diplomata que o Brasil teve, o qual, com acordos pacíficos, fixou muitas de nossas fronteiras, Rio Branco queixou-se de não dispor do Exército na questão do Acre,

sendo auxiliado pelos milicianos de Plácido de Castro. E, no mar, foi quem mais pressionou para a aquisição, em 1910, de uma esquadra, poderosa em termos sul-americanos, que lhe desse respaldo às discussões diplomáticas.

E qual deve ser a atitude, qual o papel dos elementos que integram as Forças Armadas, em tempos de paz, no país que deseja ser avesso às guerras, e sem inimigos potenciais ou ameaçadores no horizonte? Em primeiro lugar, mais difícil do que tudo para as Forças será manter a moral, estarem conscientes de que seu preparo, ainda que não tenham emprego imediato, pode transformar-se de repente em realidade de conseqüências vitais para a nação. Constituírem-se em um pugilo de idealistas que, normalmente inseridos na sociedade pacífica, estão prontos para exercer a violência dentro de regras vinculadas à segurança nacional, adquirindo os conhecimentos necessários para cumprir tal tarefa. E, por fim, disporem dos meios que permitam serem cumpridas as duas outras exigências. A falta de estímulo, o desinteresse pelo que as Forças Armadas representam no concerto nacional, a negativa de lhes proporcionar um mínimo do que elas precisam, para bem se prepararem, podem fazê-las desaparecer, e, pior do que deixarem de existir, será transformá-las em instituições amorfas e burocratizadas, em um bando enfim... mas armado, em vez de um organismo homogêneo, entusiasmado, dedicado e pronto para qualquer sacrifício.

Na atualidade, os conhecimentos que lhes são necessários prendem-se especialmente à tecnologia. A expressão “corrida armamentista” foi substituída por “corrida tecnológica”. Mas não são os conhecimentos suficientes. Devem ampliar-se por outras áreas culturais, que são a filosofia da guerra, a teoria dos conflitos, os princípios que a regem, considerados imutáveis, embora não repetitivos, mas com ilações que transcendem os tempos. São ensinamentos que se buscam principalmente na chamada “mestra da vida”, a História, a qual, ao mesmo tempo que

registra os acontecimentos, mostra as relações que vão tendo, a despeito da variação dos equipamentos empregados e das mudanças conseqüentes das táticas e estratégias.

Houve, contudo, uma considerável mudança no alvo a ser atingido por este tipo de ensino. Podemos dizer que até parte do século XX as guerras eram travadas entre os generais. O pessoal subalterno, oficiais e soldados seriam números que quantificavam os efetivos empregados, os mortos, feridos e desaparecidos em combates. Entretanto, o melhor nível dos combatentes, exigido pela tecnologia avançada com a qual se devem familiarizar, a dispersão que substituiu as concentrações massificadas de antanho fizeram com que a compreensão subjetiva dos propósitos das guerras precisassem ser generalizados, pois as iniciativas em combate cabem a todas as unidades envolvidas, por menores que sejam. Os generais lidam não mais com massas obedientes, mas com indivíduos que devem estar a par do porquê das doutrinas adotadas.

Os cursos, como o que acabamos de encerrar, atingindo todas as camadas hierárquicas, ensinando-lhes, através da História, não os detalhes dos combates e o emprego das armas e equipamentos, mas o que comanda os propósitos das guerras, a que elas se destinam, a que fins querem atingir, atendem a tal exigência. Dois cursos, ainda que com êxito crescente, são um esforço modesto para difundir conhecimentos que devem ser gerais.

Mas as grandes realizações resultam da soma de pequenos esforços mantidos através do tempo. A maior caminhada principia com um passo. Os cursos de História Militar cumprem sua pequena parte. Se crescerem, multiplicarem-se, disseminarão com certeza um conceito mais profundo do que representa a ameaça da guerra na vida de uma nação que progride.

Foi significativa a iniciativa desse curso partir, além do Instituto de Geografia e História Militar, de uma universidade civil. Na Grande Guerra de 1914, o Primeiro-ministro da França,

Clemanceau, em explosão que lhe era peculiar, declarou "ser a guerra fato muito importante para ser deixada para os generais". Aliás, não estava dizendo uma novidade na maledicência que permeava a intenção de sua frase. Cento e cinquenta anos antes, Clausewitz já afirmava que a guerra envolvia o governo, o povo e os meios, isto é, que a guerra demandava o esforço total do país beligerante, uma visão que na atualidade é aceita como dogma, não sendo a guerra somente uma atividade militar, mas responsabilidade de todos os segmentos da nação, sociais, intelectuais, econômicos, produtivos, psicológicos, constituindo-se as Forças Armadas apenas na ponta-de-lança para a qual convergem os outros esforços.

Não cabem assim as reservas que um pretense espírito pacifista brasileiro faz à compreensão do fenômeno guerra e aos cuidados do preparo para uma delas que eventualmente exija a mobilização nacional.

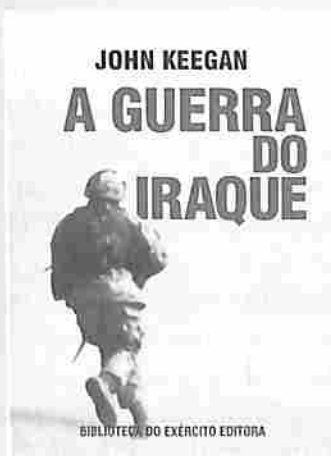
Sei ter sido idéia inicial, na criação deste curso, que ele fosse freqüentado por uma maioria de alunos civis. Sendo para os militares um aperfeiçoamento, a sua disseminação no meio

civil, inclusive em outras universidades, seria uma lição para que a sociedade corrigisse tais restrições errôneas. Desaparecer o absurdo conceito, para não utilizar adjetivo mais contundente, que se lê, escrito por autores responsáveis e pela mídia, de existirem dois poderes, o civil e o militar, que se digladiam quando só há o poder nacional, do qual fazem parte, como os outros segmentos sociais, as Forças Armadas, com atribuições bem definidas: ser o braço forte do Estado para a defesa da nação e, quando necessário, para a manutenção da ordem. E que se veja, de maneira real, uma realidade que existe, mostrando às classes dirigentes que dispor de força, em vez de ser um incentivo perturbador da paz, até mais a garante, como elemento dissuasor de conflitos, que serão evitados ante a possibilidade de reação.

Faz parte da memória anedótica da Segunda Guerra Mundial o brado de um capelão em meio ao fragor da Batalha de Guadalcanal – *Praise the Lord, but pass the ammunition!*, o que pode ser assim traduzido no Brasil – *Louvado seja Deus, mas tenhamos pronta a munição!* ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Guerra do Iraque

John Keegan

Após a Guerra do Iraque, surgiram duas dúvidas, as quais o autor, historiador de renome, procura responder. A primeira é por que a fase militar foi tão rápida. E, a segunda, é como se venceu a estrutura militar de Saddam Hussein com tanta facilidade, uma vez que as forças militares iraquianas já combatiam há décadas em guerras contra o Irã e, posteriormente, contra a coalizão liderada pelos EUA, na Guerra do Golfo. Acrescente-se, ainda, o emprego de tropa do Exército iraquiano em conflitos internos contra as minorias curdas.